



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012368-07.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **NATALIA DA SILVA CAVALCANTE**
 Requerido: **Sony Mobile Communications do Brasil Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um aparelho de telefone celular fabricado pela ré, o qual apresentou vício de fabricação não reparado, de sorte que foi trocado por outro.

Alegou ainda que o novo aparelho igualmente teve problemas de funcionamento que não foram sanados pela assistência técnica.

Almeja à rescisão do contrato e à restituição do valor pago.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que os documentos que instruíram o relato exordial o respaldam satisfatoriamente.

Demonstram a compra do produto indicado (fl. 02), sua troca por outro em decorrência de vício que teve (fls. 04/05) e à atualização do software desse novo aparelho quando encaminhado à ré para reparo (fl. 06).

Nesse contexto, e se somente esse seria o problema que ele apresentava, era lícito supor que estivesse funcionando regularmente, mas a certidão de fl. 40 revelou o contrário, na esteira do que afirmou a autora.

Restou positivada a falta de memória interna do aparelho, a impossibilidade de inserção de qualquer aplicativo, a lentidão de seu funcionamento e a inviabilidade para guardar arquivos, aspectos suscitados quando da determinação da realização da diligência (fl. 36).

Ora, se a ré procedeu à análise do bem e implementou como única medida a atualização do software todos esses problemas patenteiam a existência do vício não sanado no trintídio.

Nem se diga que seria de rigor a realização de perícia no produto.

A ré reúne condições técnicas para detectar sua precisa situação e se não o fez quando o analisou, não se desincumbindo do ônus que tinha, descabe agora considerar a pertinência de análise por terceiro.

É relevante assinalar, outrossim, que essa questão não foi elencada na peça de resistência como matéria de defesa, o que reforça a ideia da desnecessidade da perícia do aparelho.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, com fulcro no que dispõe o art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 899,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2014 (época da efetivação da compra), e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para reaver o aparelho que se encontra na posse da autora; se isso não suceder, poderá a autora então dar ao mesmo a destinação que melhor se aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**